



Icém - SP, 27 de agosto de 2024.

Ofício nº: 171/2024.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei que **"Cria o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI, e dá outras providências."**

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Recebi e protocolei em 27/08/24

Protocolo n.º 164 / 2024

Horário 14:43 Responsável [Assinatura]

Senhora Presidente:

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho o anexo Projeto de Lei que **"Cria o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI, e dá outras providências."**, a fim de ser submetido à apreciação pelos Nobres Edis desta Egrégia Casa de Leis.

Por se tratar de matéria cuja demora na apreciação poderá causar empecilho aos interesses deste município, requer a tramitação do presente Projeto de Lei em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**.

Contando desde já com o atendimento de Vossa Excelência, renovo meus protestos de elevada consideração, respeito e estima.

Atenciosamente,

  
**OSCAR LUIZ CORREA CUNHA**  
Prefeito Municipal

Exma. Sra.

**ANA MARIA BORGES MESQUITA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Icém - SP.



## PROJETO DE LEI Nº 34 /2024.

### CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Recebi e protocolei em 27/08/24

Protocolo n.º 104 / 2024

Horário 14:43 Responsável [Assinatura]

NATÁLIA REGINA DE SOUZA BORGES  
Assistente Legislativa

cria o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI, e dá outras providências

**OSCAR LUIZ CORREA CUNHA**, Prefeito do Município de Icém, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Icém, Estado de São Paulo, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura FMSAI, destinado a apoiar e suportar ações de saneamento básico, ambiental e de infraestrutura no Município.

**Parágrafo único:** Sem prejuízo das ações de saneamento básico e ambiental de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, os recursos do Fundo deverão ser aplicados no custeio de obras e serviços relativos a:

- I. Intervenções em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
- II. Limpeza, despoluição e canalização de córregos;
- III. Abertura ou melhoria do viário principal e secundário, vielas, escadarias e congêneres, em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
- IV. Provisão habitacional para atendimento de famílias em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;



- V. Implantação de parques e de outras unidades de conservação necessárias à proteção das condições naturais e de produção de água no Município e de reservatórios para o amortecimento de picos de cheias;
- VI. Drenagem, contenção de encostas e eliminação de riscos de deslizamentos;
- VII. Desapropriação de áreas para implantação das ações de responsabilidade do FMSAI.
- Art. 2º -** O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura será constituído de recursos provenientes de:
- I. Repasses de recursos previstos no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, conforme Termo Aditivo, destinados à investimentos complementares a cargo do município;
  - II. Dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas;
  - III. Créditos adicionais a ele destinados;
  - IV. Rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
  - V. Outras receitas eventuais.
- Art. 3º -** Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura FMSAI serão depositados em conta corrente específica de titularidade do Município, sob a denominação "Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura", a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, vinculados exclusivamente ao atendimento das finalidades estabelecidas nesta Lei, no Contrato, conforme Termo Aditivo, e aos compromissos previstos no Contrato.
- § 1º -** O FMSAI terá contabilidade própria e deverá manter registro de todos os atos administrativos a ele pertinentes, promovendo total transparência e liberando ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade em meios eletrônicos de acesso público, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Fundo, bem como das ações financiadas pelo mesmo.



- § 2º - Decreto do Poder Executivo deverá regulamentar em até 30 (trinta) dias a organização e funcionamento do FMSAI, bem como sua vinculação, mecanismos, procedimentos e responsáveis por sua gestão, observadas as premissas desta Lei.
- § 3º - A gestão do FMSAI deverá ser realizada por órgão colegiado, o qual terá competências para definir as diretrizes e mecanismos de acompanhamento, gestão, fiscalização, controle, aplicação dos recursos, aprovação das contas do fundo e remessa de informação aos órgãos de controle e à ARSESP.
- § 4º - O órgão colegiado responsável pela gestão do FMSAI, referido no parágrafo anterior, deverá contar com representantes da sociedade civil, ligado direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico.
- § 5º - O saldo financeiro do Fundo será transferido para o exercício seguinte.
- Art. 4º - Em caso de inadimplemento de faturas de consumo e/ou acordos de parcelamentos por parte dos órgãos e entidades da administração direta do MUNICÍPIO, a SABESP poderá reter, provisoriamente, os repasses realizados ao FMSAI, observado o montante total devido em razão do inadimplemento.
- Art. 5º - Caberá ao MUNICÍPIO adotar a regulamentação fixada pela ARSESP como critérios e condições para o reconhecimento tarifário do repasse de parcela da receita direta dos prestadores, regulados pela Agência Reguladora, aos fundos municipais de saneamento básico.
- Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Icém - SP, 27 de agosto de 2024.



**OSCAR LUIZ CORREA CUNHA**  
Prefeito Municipal



## MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 34 /2024.

Exma. Sra. Presidente e Nobres Vereadores da  
Câmara Municipal de Icém

A presente mensagem refere-se ao Projeto de Lei que **“CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA – FMSAI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, tem por finalidade criar o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) no Município de Icém, visando garantir recursos para a implementação de ações essenciais de saneamento, infraestrutura e preservação ambiental.

Importante frisar que com a privatização da empresa SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, foi solicitado pelo Superintendente da mesma, a regularização do FMSAI do Município, já previsto no Contrato de Concessão n. 01/2024, celebrado entre a URAE-1 e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

A criação do FMSAI é crucial para que o Município possa receber o repasse efetuado pela SABESP de 4% (quatro por cento) sobre a receita líquida do trimestre (composta pela receita bruta obtida no município, menos COFINS/PASEP, TRCF e eventuais encargos que vierem a incidir sobre a receita), já previsto no Anexo II do Contrato de Concessão n. 01/2024.



Para que a Companhia possa proceder ao referido repasse, necessário o procedimento de habilitação perante a Arsep, conforme Deliberação Arsep n. 870/2019, que prevê a criação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI, como um dos fatores necessários para habilitação.

O FMSAI será financiado por diversas fontes, incluindo repasses de contratos de serviços públicos, dotação orçamentária e outras receitas. A gestão transparente do Fundo, com a participação da sociedade civil, garantirá a correta aplicação dos recursos e a prestação de contas à população.

Portanto, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei que é fundamental para o avanço das políticas públicas de saneamento e infraestrutura, beneficiando toda a população, especialmente os mais necessitados.

Ressalte-se que a demora na apreciação do presente Projeto de Lei resulta em prejuízo ao interesse público, razão que justifica a sua tramitação em **Regime de Urgência Especial** para apreciação do presente Projeto de Lei.

Assim, com estas justificativas que ora levamos ao conhecimento desta Edilidade, esperamos a aprovação deste Projeto de Lei que é de grande importância para o nosso município.

Icém - SP, 27 de agosto de 2024.



**OSCAR LUIZ CORREA CUNHA**  
Prefeito Municipal